

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.446.451 - GO (2019/0034591-7)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : MARIA APARECIDA SILVA PORTO**  
**ADVOGADO : CLAUDIO MEDEIROS BISINOTO E OUTRO(S) - GO030428**  
**AGRAVADO : ESTADO DE GOIÁS**  
**PROCURADOR : DIANA KARINE BARROS DE PÁDUA E OUTRO(S) - GO019536**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **Maria Aparecida Silva Porto**, contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que não admitiu recurso especial, este amparado na alínea c do permissivo constitucional, o qual desafia acórdão assim ementado (fl.194):

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ISENÇÃO DE IPVA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS.**

- 1) - *Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º do artigo 85 do Código Processual Civil.*
- 2) - *Evidenciada a sucumbência recursal, impende majorar a verba honorária anteriormente fixada, conforme previsão do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil.*
- 3) – **RECURSO E DESPROVIDO.**

Não foram opostos embargos de declaração.

No apelo especial, a parte ora agravante aponta dissídio jurisprudencial, sustentando, em suma, que: (I) "*os honorários sucumbenciais arbitrados na sentença fogem dos parâmetros de razoabilidade*" (fl.208); e (II) "*deveria ter sido aplicado o artigo 85, §2º, de modo a não extrapolar o valor de R\$ 470,31 (quatrocentos e setenta reais e trinta e um centavos de real) que corresponde a 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido inicial (...). Ademais, em casos da espécie, quando o valor estabelecido resta caracterizado como irrisório ou excessivo, excepcionalmente, flexibiliza-se a incidência da Súmula n. 7/STJ*" (fl.211). Ao final, requer que "*o presente RECURSO ESPECIAL seja conhecido e provido, reformando-se o r. Acórdão, quanto aos honorários advocatícios, para arbitrá-los nos parâmetros previstos no artigo 85, § 2º do*

*CPC e, quanto aos honorários recursais, excluí-los na sua integralidade." (fl.213).*

Contrarrazões foram apresentadas (fls. 243/249).

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O recurso especial não comporta trânsito.

Observa-se que a parte ora agravante, nas razões de recurso especial, não apontou de forma clara e precisa o dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem teria dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais (**AgRg no REsp. n. 1.346.588/DF**, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/3/2014).

Assim, incide, na espécie, a Súmula 284 do STF. A propósito:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DISCURSIVA. ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO AO CONTEÚDO DO EDITAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE APLICADO DE MODO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DO EDITAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 5 E 7/STJ.**

*1. O Tribunal de origem não apreciou a controvérsia sob o enfoque do dispositivo legal apontado como violado (artigo 19, XIII, do Decreto 6.944/99), tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão neste aspecto. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.*

*2. Também no recurso especial lastreado na alegada existência de divergência pretoriana se exige do recorrente a precisa indicação do dispositivo de lei federal que se afirma violado, sob pena de incidência da Súmula 284/STF. Precedentes: AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/3/2014; AgRg no REsp 1.527.274/MG, Rel.<sup>a</sup> Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 23/9/2015; AgRg no AREsp 736.813/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 22/9/2015; AgRg no Ag 1.088.576/RS, Rel.<sup>a</sup> Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 26/8/2015.*

*[...]*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento*

**(AgRg no AREsp n. 770.014/SC**, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 3/2/2016 – grifos nossos).

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF.*

*1. "É imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido*

*interposto pela alínea a quer pela c." (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2009, DJe 17/12/2009.).*

*2. A apresentação tardia da indicação do dispositivo de lei que entende violado, quando não apontado no recurso especial, representa inovação vedada no âmbito do agravo regimental.*

*Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AREsp 1587696/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 15/4/2016).*

Acrescenta-se, por fim, que o recurso especial não poderia mesmo ser conhecido no tocante à alínea c do permissivo constitucional, tendo em vista que a parte ora agravante não procedeu ao necessário cotejo analítico entre os julgados, deixando de evidenciar o ponto em que os acórdãos confrontados, diante da mesma base fática, teriam adotado a alegada solução jurídica diversa. Em outras palavras, o recurso não se amolda às exigências dos arts.1.029, §1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator